

# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, sexta-feira, 7 de junho de 2013

Ano II Edição nº 61/2013

Pág. 1

# ATOS DO PODER EXECUTIVO

Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012

Adilson José Silva Lino Prefeito Municipal

Departamento Municipal de Licitação e compras

Setor responsável pela edição, publicação e

assinatura digital

Avenida Brasil, 694, centro

CEP: 86840-000 Fone: (43) 3461-1332 Faxinal - PR

Email: diariooficial@faxinal.pr.gov.br

Site: www.faxinal.pr.gov.br

## Tributação

#### Decreto n. 5678/2013

<u>SÚMULA</u>: Dispõe sobre o prazo dos REFIS – Programa de Recuperação de Créditos Fiscais

O Sr. Adilson Jose Silva Lino, Prefeito do Município de Faxinal - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial as contidas no Artigo 8º da Lei n. 1626/2012

## DECRETA:

Art.  $1^{\circ}$ ) - Fica prorrogado para **30 de Novembro de 2013**, o prazo para o contribuinte aderir ao **REFIS**.

Art. 2º) - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de primeiro de junho de dois mil e treze, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, em, 01 de Junho de 2013.

ADILSON JOSE SILVA LINO Prefeito Municipal

## **Recursos Humanos**

### PORTARIA N.º 150/2013

O Senhor ADILSON JOSÉ SILVA LINO,

Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE:

Designar a servidora Senhora Fátima Aparecida de Moraes, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, para exercer suas atividades junto à Agencia do Trabalhador deste Município, a partir do dia 10 de junho de 2013, percebendo os mesmos vencimentos.

Edifício da Prefeitura do Município de Faxinal, Estado do Paraná, em 07 de junho de 2013.

ADILSON JOSÉ SILVA LINO Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Próvisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificados credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.